

## **Trabalho familiar e escravidão entre lavradores: Porto Alegre, Viamão e Mostardas, década de 1780**

Luciano Costa Gomes<sup>1</sup>

A agricultura era uma atividade fundamental na capitania do Rio Grande de São Pedro de fins do século XVIII. A partir das *Relações de Moradores de 1784*, uma lista de produtores agrícolas, Helen Osório constatou que os lavradores eram a maioria dos produtores da capitania e encontravam-se em quase todas as freguesias. (OSÓRIO, 2007a, p. 82, 87, 178). Ao mesmo tempo, diferentes autores desde Fernando Henrique Cardoso, em seu clássico *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, apontam para a possibilidade de emprego de escravos na agricultura. Ao considerar esses dois elementos, desejamos contribuir para avaliação do papel do escravismo no desenvolvimento da agricultura regional.

Três foram as freguesias escolhidas nesta análise: Viamão, Porto Alegre e Mostardas. As duas primeiras eram (e continuam sendo) localidades espacialmente contíguas, enquanto Mostardas localiza-se mais ao sul, entre a Laguna dos Patos e o oceano Atlântico. Em nosso entender, há alguns fatores comuns na história setecentista das três localidades que justificam analisá-las a partir de um único problema de pesquisa.

As três localidades foram formadas a partir da ocupação inicial de grandes pecuaristas, que receberam sesmarias ou ocuparam terras devolutas. Nas três foram distribuídas datas de terras a dezenas de casais açorianos na década de 1770. Na década de 1780, a maioria dos produtores locais vivia da agricultura<sup>2</sup>. No início desta mesma década, as três apresentavam alta participação de escravos em suas populações. As três localidades, por fim, não foram palco da reconquista portuguesa da Vila de Rio Grande em 1776 e não sofreram o impacto negativo e imediato da guerra sobre suas economias.

Nossa hipótese é a de que se desenvolveu no Rio Grande de São Pedro, em algumas regiões, um sistema agrícola formado por pequenos e médios produtores

---

<sup>1</sup> Mestre e doutorando em história pela UFRGS. Professor da rede municipal de Porto Alegre. Agradecemos o auxílio da CAPES.

<sup>2</sup> Em Porto Alegre, a totalidade dos produtores eram agricultores. Em Viamão e Mostardas, cerca de 90% também o era. Como lavradores foram classificados desde os agricultores-pastores (classificação de Osório para os lavradores que possuíam mais de cem cabeças de reses) até aqueles que plantavam para subsistência. Para a ampla região dos arredores de Porto Alegre, em 1797, ver OSÓRIO, 2007b; particularmente para Porto Alegre, ver GOMES, 2012; para Viamão, ver DANILEVICZ, 2009. Os dados sobre Mostardas foram compulsados a partir da Relação de moradores, disponível no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, cujo estudo ainda está em fase inicial.

amplamente amparado pelo aporte de mão-de-obra escrava, algo semelhante ao sistema produtivo do sul de Minas Gerais. Pelos fatores acima levantados (e explicados ao longo deste artigo), consideramos que Porto Alegre, Viamão e Mostardas enquadram-se nesse modelos, ao que poderia ser incluído Rio Pardo e, talvez, alguns dos distritos da vila de Rio Grande. Pela disponibilidade de fontes, serão analisadas apenas as três localidades em questão.

No primeiro tópico faremos uma rápida discussão sobre o sistema de produção desenvolvido no Brasil desde o século XVIII para abastecer o mercado interno e sua dependência do escravismo, seguido do debate sobre a agricultura no Rio Grande de São Pedro. No segundo e no terceiro tópicos, abordaremos a presença de escravos nas três localidades e sua distribuição. No seguinte, faremos uma análise da dimensão da participação da mão-de-obra livre e escrava nas três localidades. Por fim, por meio de uma documentação que apresenta os gastos da Fazenda Real com mantimentos, elaboraremos algumas considerações sobre as possíveis implicações da presença de escravos nas lavouras sulinas.

### O mercado interno e o emprego de escravos na agricultura

Estudos já clássicos comprovaram a importância do mercado interno para a formação dos sistemas de produção e comércio na América portuguesa e, depois, império do Brasil. As discussões que envolveram autores como Roberto Borges Martins (1983), Robert Slenes (1988) e Douglas Libby (1988, p. 45ss, 74ss) demonstraram que a grande importação de cativos para Minas Gerais, no século XIX, está intimamente associada à produção de alimentos destinados aos mercados mineiro e carioca.

No nordeste, inúmeras freguesias cresceram a partir da produção voltada não apenas para o auto-consumo dos agricultores, como para o abastecimento das freguesias urbanas, das tropas, das tripulações de navios, bem como das populações metropolitanas portuguesas. Tanto Stuart Schwartz quanto Bert Barickman enfatizam que estes mercados incentivavam a expansão da agricultura mercantil escravista (PALACIOS, 2004, p. 36ss; SCHWARTZ, 2001, p. 123ss; BARICKMAN, 2003, 87ss, 216s, 244ss). Hoje é senso comum, portanto, que o sistema de produção agrícola voltado para o abastecimento do mercado interno era capaz de absorver escravos como mão-de-obra, em menor ou maior intensidade.

Para o caso da agricultura do Rio Grande do Sul do período colonial, uma série

de autores debruçou-se sobre o problema. Em linhas gerais, pode-se postular a existência de uma espécie de disputa entre uma posição na qual a triticultura teria se baseado apenas no trabalho familiar, enquanto outra considera a possibilidade de ter ocorrido, em diferentes medidas, a incorporação de escravos.

João Borges Fortes preconiza o papel predominante do elemento europeu na formação do Rio Grande do Sul. Os negros brancos, em seu entender, não “poderiam realizar a obra transcendente de fixar uma civilização, sendo eles pela sua própria natureza apenas instrumentos de trabalho” (FORTES, 1978 [1ª ed. 1932], p. 15s). Portanto, a agricultura era levada a cabo apenas pela população livre. Posteriormente despida de explícito racismo, tal ideia tornar-se-á um argumento central em alguns estudos sobre o Continente de São Pedro.

Um dos primeiros autores a problematizar a relação entre escravidão e agricultura foi Fernando Henrique Cardoso, para o qual a triticultura foi o motor primeiro da entrada maciça dos escravos no Rio Grande de São Pedro. Em seu entender, quando os lavradores açorianos conseguiam acumular algum pecúlio, compravam seus escravos. No entanto, Cardoso afirma que a escravidão não foi tão presente nos campos sulinos quanto o fora nos canaviais e engenhos. Portanto, apesar da significativa presença de escravos, foi somente com o aparecimento das charqueadas que a escravidão afirmou-se enquanto sistema de trabalho *completo* no Rio Grande do Sul (CARDOSO, 2005, p. 67, 77). Observe-se, pois, que Cardoso norteou-se pela concepção anteriormente mencionada, segundo a qual a escravidão estaria necessária e exclusivamente ligada às grandes unidades de produção, como as *plantations* produtoras de açúcar no nordeste e sudeste.

Ainda que inovadora, a análise imprecisa de Cardoso ao avaliar o papel da escravidão nos trigais gaúchos foi ignorada por Guilhaermino César, o qual adota a posição de Fortes. César tanto não discute a abordagem de Cardoso, quanto afirma categoricamente que os poucos recursos obtidos pelos açorianos em sua produção não permitiam o luxo de adquirir cativos. Em contraste com Cardoso, o autor afirma que apenas as charqueadas permitiram a introdução de grandes levas de africanos. Ao referir-se às estatísticas do início do século XIX (“pouco merecedoras de fé”, segundo sua concepção), defende que as grandes concentrações de cativos estariam associadas aos portos e charqueadas (CESAR, 1970. p. 30s).

Corcino Medeiros dos Santos reconhece a amplitude da presença de escravos nas últimas décadas do século XVIII. A expressiva presença de cativos a partir da

década de 1780, apontada nos mapas de habitantes, sinaliza a incorporação do Rio Grande do Sul à economia atlântica. Apesar de indicar a relevância do comércio de escravos e enfatizar o fato de que o crescimento da população escrava foi maior que a livre, Santos defende que nas fazendas predominava o trabalho familiar e de agregados, caracterizando-se o emprego de cativos como acessório (SANTOS, 1984, p. 30, 56). Tal análise possui algo de inconclusivo: se os cativos são considerados muitos e estão amplamente distribuídos, onde eram empregados?

Maria Luiza de Queiróz, em estudo sobre a Vila do Rio Grande, posiciona-se de maneira mais clara. Para a autora, a produção agrícola – não somente da vila, como de todo o continente – voltava-se para a autossustentação, praticada por uma população miserável e que não podia se dedicar à pecuária. O mercado consumidor interno era bastante retraído, constituído pelos soldados alimentados pela insolvente Fazenda Real. A presença de escravos, neste contexto, era diminuta (QUEIRÓZ, 1987, p. 77; 95ss, 103, 142ss)<sup>3</sup>.

Helen Osório foi a primeira pesquisadora a abordar o problema da presença de escravos na agricultura durante o período colonial por meio de análise serial, utilizando uma amostra de inventários de todo o Rio Grande de São Pedro e a *Relação de Moradores de 1797*, uma espécie de censo dos produtores agrícolas referente às freguesias de Porto Alegre, Viamão, Aldeia dos Anjos e ao distrito de Caí. A autora constatou ampla distribuição de escravos entre os lavradores, sendo que estes possuíam um número médio de escravos bem inferior ao dos estancieiros (3,3 contra 11). Os pequenos proprietários de cativos predominavam e poucos eram os senhores possuidores de mais de 49 cativos. Devido à modesta dimensão das escravarias dos pequenos produtores e à baixa participação de cativos em Rio Grande, a maior produtora de trigo da capitania conforme o mapa de habitantes de 1780, a autora argumentou que, ao menos no início da produção do tritícola, predominou o trabalho familiar. No entanto, em outra oportunidade, ao ressaltar a elevada distribuição da população escrava encontrada na *Relação de moradores*, a autora indica que, *no mínimo*, a escravidão representou uma mão-de-obra complementar ao trabalho familiar dos pequenos produtores de Porto Alegre e freguesias vizinhas (OSÓRIO, 2007a, p.

---

<sup>3</sup> Alguns fatores fragilizam a argumentação da autora. Em primeiro lugar, a análise da distribuição dos escravos restringe-se à década de 1750, quando chegaram os casais açorianos, não existindo referências à década de 1780. A metodologia empregada (a avaliação da distribuição dos cativos nascidos ou falecidos entre os casais da vila), por sua vez, subestima a participação dos cativos homens, que eram a maioria dos cativos do Rio Grande. Por fim, ao referir-se à “miserabilidade” do setor agrícola, emprega apenas relatos elaborados logo após a retomada da vila (QUEIRÓZ, 1987, p. 96).

175s; OSÓRIO, 2007b).

Ian Danilevicz verificou ampla dispersão de escravos em Viamão por meio da análise dos róis de confessados<sup>4</sup> de 1776 a 1782. A partir de um interessante cruzamento dos dados dos róis com os da *Relação de moradores de 1784*, constatou que todos os criadores e produtores mistos possuíam cativos, da mesma forma que a maioria dos lavradores. Ao considerar a superioridade do número médio de familiares frente ao de escravos – apesar de estes serem mais frequentes que os filhos – o autor, ao concordar com Osório, classificou a participação do trabalho escravo como complementar ao familiar nas unidades agrícolas. É interessante destacar, entretanto, que a maioria dos escravistas eram lavradores, os quais somavam, em 1782, 71% dos casos analisados (DANILEVICZ, 2010, p. 36ss).

Em nossa pesquisa sobre Porto Alegre, no último quartel do século XVIII, avaliamos o papel da escravidão nas unidades agrícolas. Utilizando róis de confessados, constatamos ampla difusão da propriedade escrava, expressiva presença de cativos entre os adultos (compunham eles metade desta população) e a associação entre a formação de grupos de parentesco via casamento e a posse de cativos. Em vista destes achados, qualificamos o sistema de produção local como *familiar-escravista*: não apenas os escravos eram possuídos por muitos senhores e representavam elevada parcela da mão-de-obra disponível, como também o escravismo revelou-se enquanto um mecanismo fundamental no processo de diferenciação social nesta incipiente comunidade de lavradores (GOMES, 2012).

A partir das conclusões dos últimos autores, pretendemos avaliar em que medida o trabalho escravo pode ter sido empregado nas lavouras das diferentes freguesias da capitania.

### A consolidação do escravismo

Neste tópico, pretendemos avaliar em que medida é possível apontar o grau de utilização dos escravos nas atividades agrícolas das diferentes freguesias do Rio Grande de São Pedro. Para isso, utilizaremos como documentação os mapas de habitantes ou de população de 1780, 1798 e 1802. Os mapas são quadros estatísticos sintéticos produzidos desde o período da administração pombalina para conhecer as populações

---

<sup>4</sup> Os *róis de confessados* são listagens de população antigamente elaboradas pela Igreja para recensear a população que participava dos ritos da quaresma.

sob domínio metropolitano. Por apresentarem as informações para cada freguesia e discriminarem livres e escravos, tais documentos tornam-se um ótimo meio para avaliar a dimensão populacional dos escravos em cada localidade (ALDEN, 1963)<sup>5</sup>.

Ao dispor dos dados dos mapas, podemos comparar a dimensão do uso de escravos em localidades agrícolas ou pecuárias. A agricultura era predominante ou, no mínimo, apresentava bastante relevo em Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio, Rio Pardo, Taquari, Estreito, Mostardas e Rio Grande. Em freguesias como Cachoeira (e seu distrito de Encruzilhada), Rio Grande (em seu distrito de Cerro Pelado), Triunfo, Santo Amaro e Vacaria, a pecuária predominava ou era uma atividade também importante<sup>6</sup>. É preciso lembrar, entretanto, que a coexistência entre pecuária e agricultura era a regra: tanto havia lavradores com pequenos e médios rebanhos, como criadores de gado com lavouras<sup>7</sup>. Ao indicar as freguesias onde predominava a produção agrícola, podemos analisar as taxas de crescimento anual, apresentadas na tabela seguinte.

**Tabela 1**  
**Taxa de crescimento anual das freguesias do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1802**

	Taxa de crescimento		
	global 1780-1802	Apenas livres	Apenas escravos
<i>Porto Alegre</i>	3,8	3,2	4,9
<i>Viamão</i>	-0,2	-0,9	0,9
Nossa Senhora dos Anjos	0,1	-0,7	4,2
Conceição do Arroio	3,2	2,9	3,6
<i>Santo Antônio</i>	2,2	1,8	3,7
Vacaria de cima da Serra	1,2	1,7	0,1
<i>Rio Pardo</i>	1,5	0,6	3,7
Cachoeira	6,9	7,0	6,6
Triunfo	3,4	4,0	2,6
Santo Amaro	3,3	2,8	4,5
Taquari	0,7	-0,6	5,1

<sup>5</sup> Elaboramos a discussão sobre o emprego dos referidos documentos em GOMES, Luciano. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. In: *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, vol. 3, n. 10, 2014, p. 89-110.

<sup>6</sup> Conforme Osório, os lavradores (produtores agrícolas com rebanhos inferiores a 100 cabeças de reses) predominavam amplamente em Taquari, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, mas não em Santo Amaro e Triunfo (2007a, p. 97); Em Porto Alegre, todos os produtores eram lavradores (GOMES, 2012, p. 132ss); em Viamão, a maioria o era (DANILEVICZ, 2009, p. 34). Poucas foram as datas distribuídas em Santo Amaro e Conceição do Arroio (FORTES, 1978, p. 131). Medimos a importância da agricultura por meio da avaliação da proporção de bois (o animal mais indicado para o uso nas atividades agrícolas) por reses, utilizando o *Mappa das carruagens arados animais vacuns...* de 1791. Dez de 20 distritos apresentavam uma proporção menor de 30 cabeças de reses por boi: Povo Novo (distrito de Rio Grande), Taquari, Porto Alegre, Estreito, Rio Pardo (a vila), Santo Antônio, Rio Grande (a vila), Mostardas, Passo do Coito (distrito de Rio Pardo) e Viamão, localidades onde justamente predominavam os lavradores.

<sup>7</sup> Das escravarias dos estancieiros da amostra de inventários de Osório, por exemplo, 20% dos cativos com ocupação definida foram classificados como roceiros; além disso, em 66% desses inventários encontraram-se ao menos dois instrumentos indicadores de prática agrícola. As unidades produtivas, portanto, apresentavam um caráter misto (OSÓRIO, 2007a, p. 83, 149s, 163).

Rio Grande	5,2	4,1	7,9
<i>Estreito</i>	0,8	-0,3	3,9
<i>Mostardas</i>	2,6	2,2	3,5
Capitania (total)	2,7	2,0	4,3

Fonte: mapa coreográfico de 1780 e mapas de habitantes de 1798 e 1802.

Obs.: os valores do mapa de 1780 foram reajustados por meio de uma estimativa da participação de crianças brancas, as quais não foram originalmente incluídas no cômputo

Nas freguesias localizadas nas áreas de ocupação mais antigas, próximas aos principais cursos fluviais (Viamão, Rio Pardo, Taquari e Estreito), ocorreu um processo de pequeno crescimento ou, então, de decréscimo da população, o que pode estar associado à dinâmica agrária regional. Entre os lavradores predominou a distribuição de datas ou a compra como forma de acesso à propriedade da terra, processo demonstrado por Osório (2007a, p. 97s), o que contribuiu para a estabilização da fronteira agrária em tais freguesias. Tal fenômeno pode ter dificultado a obtenção de terras por casais jovens ou por agricultores que desejavam expandir sua área de produção, como também pode ter desestimulado a incorporação de migrantes. Porto Alegre, apesar de possuir um entorno agrícola estruturado e definido, não se encaixa neste padrão de estabilidade populacional devido ao crescimento do núcleo urbanizado (GOMES, 2012, p. 137ss).

Por outro lado, quanto mais próximo da fronteira, maior é o crescimento demográfico. Esta área, que passou a ser ocupada, a partir da década de 1780, com enormes rebanhos de gado, representou um poderoso chamariz de homens. Cachoeira (que inclui o então distrito de Encruzilhada), Rio Grande (em seu distrito de Cerro Pelado, depois Piratini), Santo Amaro e Triunfo apresentaram taxas de crescimento elevadíssimas, superiores a 3% anuais. Esta região foi ocupada por estâncias formadas graças à distribuição de sesmarias ou despachos do governador a indivíduos social e economicamente bem colocados, como oficiais das tropas auxiliares ou de ordenanças, muitos dos quais alegavam participação na guerra de 1763/1776. (SANTOS, 1984, p. 47; OSÓRIO, 2007a, p. 90).

Um fenômeno geral em toda a capitania do Rio Grande é o fortalecimento da escravidão. Tanto as frentes de expansão da pecuária quanto as freguesias predominantemente agrícolas de Taquari e Estreito vivenciaram aumentos significativos de suas populações cativas. Apesar da dificuldade em mesurar com nitidez a participação escrava nas diferentes atividades, torna-se evidente que, numa dimensão inferior à pecuária, a agricultura foi também capaz de incorporar muitos escravos a partir dos anos 1780.

Uma metodologia importante para medir o peso da escravidão é a avaliação da

participação dos cativos no conjunto de uma população. Localidades onde os escravos faziam-se muito presentes apresentavam taxas geralmente superiores a 30%. No Recôncavo baiano, uma das principais regiões produtoras de açúcar, nos anos de 1816-17, 31% da população era cativa. Em Vila Rica, importante centro comercial mineiro, no ano de 1804, os escravos somavam outros 31%. (MARCÍLIO *apud* SCHWARTZ, 1988, p. 373; COSTA; LUNA, 1982, p. 62). Por outro lado, taxas inferiores a 20% indicam fraca presença de escravos. No Paraná, por exemplo, onde predominava a pecuária e a agricultura em pequena escala, os cativos representavam cerca de 18% da população entre 1800 e 1830 (GUTIÉRRES, 1987).

A velocidade diferenciada do crescimento de livres e escravos (como vimos na tabela anterior) levou a alterações na composição das populações. No quadro abaixo, apresentamos a participação dos escravos no conjunto das freguesias. A partir dela abordaremos o problema das relações entre produção agrícola e escravidão.

**Tabela 2**  
**Participação (%) de escravos nas freguesias do Rio Grande de São Pedro, 1780, 1798 e 1802**  
**(com exclusão dos índios de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos para o ano de 1780).**

Freguesias	1780	1798	1802
<b>Porto Alegre</b>	<b>31,6</b>	<b>41,6</b>	<b>40,0</b>
<b>Viamão</b>	<b>34,7</b>	<b>37,5</b>	<b>43,8</b>
Nossa Senhora dos Anjos	37,6	29,1	23,2
Conceição do Arroio	38,0	35,4	41,6
Santo Antônio	19,9	29,4	27,2
Vacaria de Cima da Serra	38,1	31,2	30,2
Rio Pardo	26,8	42,3	36,5
Cachoeira	31,4	34,0	29,7
Triunfo	44,0	38,5	37,0
Santo Amaro	25,3	47,9	32,7
Taquari	13,9	30,4	35,6
Rio Grande	21,6	31,7	38,1
Estreito	19,4	30,9	37,5
<b>Mostardas</b>	<b>28,3</b>	<b>42,1</b>	<b>34,6</b>
Capitania (total)	25,1	35,9	35,3

Fontes: mapa coreográfico de 1780 e mapas de habitantes de 1798 e 1802.

Obs.: os valores do mapa de 1780 foram reajustados por meio de uma estimativa da participação de crianças brancas, as quais não foram originalmente incluídas no cômputo.

para as freguesias de Rio Pardo e Aldeia dos Anjos foram elaboradas estimativas de participação de escravos com exclusão das aldeias indígenas de São Nicolau e a de Nossa Senhora dos Anjos. Para calcular a presença cativa em Rio Pardo, excluímos um total de 400 pessoas livres, tamanho da população da aldeia referido por Bettamio (BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande, 1780. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXI, 1858, p. 239-299, p. 223). Para a Aldeia dos Anjos foi utilizada a participação de cativos constante no rol de confessados de 1780 da referida freguesia, que não inclui os indígenas (SIRTORI, 2008, p. 78).

Se compararmos os valores encontrados no mapa de 1780 com os dois seguintes, notar-se-á o aumento gradativo da participação dos cativos no conjunto da população. Os valores inferiores a 25% passaram de 6 para apenas um em 1802. Para testar a validade de nossa argumentação, compararemos os valores encontrados com os aqueles encontrados em um sistema escravista voltada para o abastecimento alimentar.

Desde Caio Prado Junior, passando por autores como Alcir Lenharo, Martins (1983), Slenes (1988) e Libby (1988), dentre outros, formou-se um consenso de que a economia do Sul de Minas representava um modelo escravista particular. Nesta região, na segunda metade do século XVIII e no XIX, os muitos escravos estavam distribuídos em pequenas e médias propriedades voltadas para a produção de bens de subsistência para o mercado interno. De modo especial, a Corte representava um destino importante dos alimentos mineiros.

Conforme os dados apresentados por Libby, em sua amostra dos mapas de população de 1831-1840, os escravos representavam 32% da população do Sul de Minas. O Oeste (cujas “atividades produtivas se voltaram para a mesma economia de subsistência que encontramos no Sul”) apresentava 27% de cativos. No Alto Parnaíba, onde as atividades agropecuárias “fixaram um pequeno contingente populacional na região e a integraram à economia mercantil de subsistência”, os cativos somavam 31% da população. Na Região do Triângulo, os escravos chegavam a 35% do total. Para Libby, a semelhança destes resultados é reveladora, *grosso modo*, de uma estrutura econômica comum a extensas áreas da província de Minas Gerais (LIBBY, 1988, p.44-52).

Refinaremos a análise comparando os dados de nosso estudo com os de duas vilas do Sul de Minas, Campanha e Pouso Alegre, nos anos de 1833-35. As vilas selecionadas eram importantes produtores mercantis de alimentos e centros de comercialização para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. A vila da Campanha apresentava 16 distritos e, nelas, a participação de escravos variava entre 19 e 44%. Do total, 7 distritos apresentavam mais de 30% de cativos e, destes, apenas 1 superava 40%. Por sua vez, a vila de Pouso Alegre possuía 9 distritos, nos quais a população escrava variava entre 14 e 33%. Do total, apenas três distritos estavam na faixa dos 30% (DELFINO, 2010. p. 58ss; 72s)<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Outras regiões agropecuárias de Minas, em períodos diferentes, apresentaram participações de escravos mais elevadas. Na freguesia de São José, nove de dez capelas apresentaram entre 30 e 60% de cativos no ano de 1795, situação que se manteve em 1831 (MALAQUIAS, 2010, p. 36). É importante destacar que

No Rio Grande de São Pedro, em 1780, 6 das 14 freguesias apresentavam 30% ou mais de escravos; em 1798, o total chegou a 12 das 14 freguesias; por fim, em 1802, 11 de 14 apresentavam 30% ou mais. Particularmente em 1798, quatro freguesias encontravam-se na casa dos 40%. Das sete freguesias onde a agricultura era a atividade principal ou de bastante relevo<sup>9</sup>, apenas uma apresentava menos de 30% de cativos (Santo Antônio, com cerca de 28% entre 1798 e 1802). Portanto, havia nas freguesias agrícolas do Rio Grande do Sul uma participação de escravos em alguma medida semelhante àquela das do Sul de Minas Gerais.

Tal comparação ajuda-nos a problematizar o papel da escravidão no Rio Grande de São Pedro. Os escravos aumentaram bastante sua participação e passaram a compor parcela expressiva da população de diferentes freguesias em 1802, inclusive naquelas onde a lavoura era uma atividade de peso. Nesse sentido, corroborando análises anteriores como as de Kühn (2006) e Osório (2007b), é improdutivo atribuir às charqueadas o papel de ter tornado “completo” o sistema escravista sulina, como defendeu Cardoso. Em realidade, tanto a pecuária como a agricultura foram as primeiras atividades responsáveis pela entrada maciça de cativos no Rio Grande do Sul<sup>10</sup> e pela consolidação de um tipo de escravidão que apresenta alguns traços semelhantes àqueles do Sul de Minas. Particularmente, há algumas freguesias predominantemente agrícolas onde, desde 1780, era elevada a presença de cativos.

### Distribuição da posse escrava

Durante muito tempo, na ótica de autores como Caio Prado Junior e Gilberto Freire, a escravidão brasileira constituía-se basicamente por grandes proprietários dedicados à produção para o mercado externo, bem como pela eventual existência de pequenos proprietários urbanos com escravos voltados para atividades domésticas. Isto é, a escravidão só poderia ser considerada enquanto uma instituição completa nas

---

semelhante modelo econômico não se resume ao Sul de Minas. Nos dados apresentados por Barickman (2003, p. 214s) relativos ao Sul do Recôncavo baiano, em fins do XVIII e início do XIX, em 5 de 7 freguesias onde predominava a cultura da mandioca ou do fumo havia mais de 30% de cativos na população.

<sup>9</sup> Relembramos: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio, Rio Pardo, Taquari, Estreito, Mostardas e Rio Grande.

<sup>10</sup> Ao estudar Viamão, no início da década de 1750, cuja economia girava em torno da pecuária, Fábio Kühn qualifica a localidade como “fortemente dependente da mão-de-obra escrava, especialmente africana” (2006, p. 104-111). Os autores que abordam o trabalho escravo nas freguesias agrícolas de Porto Alegre e Viamão, na década de 1780, foram assinalados no tópico 3 deste artigo.

grandes propriedades escravistas. No entanto, as pesquisas de demografia histórica realizadas a partir da década de 1980 demonstraram que, em realidade, a escravidão brasileira caracterizava-se pela existência de uma multidão de pequenos proprietários, mesmo que frequentemente os grandes escravistas concentrassem a maioria dos cativos (SCHWARTZ, 1988, p. 368; LUNA, 1982).

As áreas destinadas à produção de alimentos para o mercado interno também eram responsáveis por forte importação de cativos, sendo a propriedade de escravos amplamente distribuída nos domicílios existentes. Em Minas Gerais, onde se encontrava a maior população cativa do Brasil no século XIX, apenas pequena parcela desta encontrava-se em áreas de produção de café (MARTINS, 1983, p. 196ss). A participação de escravos nas freguesias do sul do Recôncavo baiano, produtoras de mandioca e fumo, era elevada. Na freguesia de Jaguaripe, em 1781, por exemplo, cerca de  $\frac{3}{4}$  dos roceiros arrolados em um levantamento eram escravistas (BARICKMAN, 2003, p. 217). Esta ampla difusão da propriedade escrava no Brasil constituía-se, para alguns autores, como um dos principais pilares legitimadores da escravidão e garantidores da estabilidade do sistema durante os três séculos de sua existência.

Há estudos sobre a estrutura de posse escrava de Viamão e Porto Alegre elaborados por diferentes autores, com o emprego de variados documentos (róis de confessados, relações de moradores, livros de batismos), por meio dos quais se evidenciou ampla distribuição da posse escrava e o predomínio da pequena posse escrava (KÜHN, 2006, p. 129s; OSÓRIO, 2007b; DANILEVCZ, 2009; SIRTORI e GIL, 2011; GOMES, 2012, p. 97ss). A partir das pesquisas disponíveis sobre Porto Alegre e Viamão, desejamos avaliar se a distribuição da posse escrava em Mostardas e, então, problematizar a dimensão do escravismo enquanto instituição fornecedora de mão-de-obra para a agricultura no Rio Grande de São Pedro.

A documentação utilizada neste estudo são os róis de confessados de Porto Alegre de 1782 e de Viamão de 1781 e a Relação de escravos de Mostardas. Os róis eram elaborados pela Igreja anualmente, em todo império marítimo português, para controlar a participação dos fiéis nos ritos da Quaresma. A população era distribuída conforme os domicílios onde habitavam, constando informações individuais de nome, idade, condição jurídica e posição no domicílio. A Relação (ou Lista) de escravos matriculados de Mostardas de 1787 é um documento de invulgar importância, pois é uma das poucas listas populacionais de escravos com informações como origem, cor,

idade e outras características físicas para o período colonial do Rio Grande do Sul<sup>11</sup>.

Os documentos disponíveis têm particularidades que dificultam comparações. Os róis de Porto Alegre apresentam a idade de toda a população, livre e escrava; para os de Viamão, apenas o de 1781 apresenta a informação de idade, mas constam no documento apenas os fregueses com sete anos ou mais; a Relação de escravos apresenta apenas a população cativa, de todas as faixas etárias. É preciso, portanto, utilizar parâmetros razoavelmente idênticos para elaborar as comparações.

Para tanto, excluímos as crianças com menos de sete anos dos róis de Porto Alegre e da Relação de Mostardas ao elaborar a estrutura de posse escrava. O resultado apresentado, portanto, faz ignorar o impacto da reprodução endógena das escravarias da região e tende, portanto, a enfatizar o peso do tráfico de escravos na composição das mesmas. Para Porto Alegre, utilizamos apenas os registros dos moradores da área rural, alocados fora dos muros do incipiente núcleo urbanizado da localidade, cuja maior parcela era formada por produtores agrícolas.

O primeiro passo é avaliar a distribuição de escravos no conjunto dos chefes de domicílio. Os róis de confessados de Viamão e Porto Alegre oferecem as informações mais interessantes para isso, pois indicam quais domicílios apresentavam cativos. Para Mostardas, é necessário um expediente indireto, que é o de procurar os proprietários listados na Relação de escravos 1787 nas Relações de moradores de 1784. Feito isso, poderemos comparar o total de escravistas da Relação de Mostardas de 1784 com o das Relações de Viamão e Porto Alegre de 1797 e, assim, verificar se a distribuição era ou não semelhante.

Em Viamão, no período entre 1776 a 1782, a menor participação de senhores escravistas indicada nos róis de confessados é de 60%; na área rural de Porto Alegre, em 1782, o valor correlato é de 61%. Nas Relações de moradores<sup>12</sup> de 1797, Viamão e Porto Alegre apresentavam 75 e 76% de proprietários escravistas entre os produtores listados, respectivamente. As Relações apresentam os dados levemente inflados, o que se deve, em nosso entender, ao fato de não estarem registrados alguns núcleos familiares residentes na localidade, mas não proprietários de terras. Ao tentar identificar os escravistas entre os produtores constantes nas Relações de Mostardas, encontramos

---

<sup>11</sup> Sobre o documento, ver MATHEUS; MOREIRA, 2013. Agrademos ao Marcelo Matheus por, gentilmente, conceder-nos o documento.

<sup>12</sup> As Relações de moradores são listas dos produtores rurais e seus agregados produzidas nos anos de 1784-5 e 1797 para a maioria das freguesias da capitania. Nelas constam informações como forma de acesso à terra, tamanho dos rebanhos e se havia produção agrícola, mas não há registro dos escravos nas listas de 1784. O primeiro estudo a trabalhar de maneira serial com a documentação foi OSÓRIO, 2007a.

uma estimativa (ainda parcial) de cerca de 70%, valor semelhante aos de Porto Alegre e Viamão (76 e 75%, respectivamente), ainda que inferior. Em Mostardas, portanto, também muitos eram os senhores de escravos.

Um bom instrumento para avaliar as características da estrutura de posse são as medidas de tendência central e de concentração. Helen Osório constatou, a partir de inventários, que o número médio de cativos era de 9 indivíduos em todo o Rio Grande de São Pedro, entre 1765 e 1825 (2007a, p. 112). Ao distribuir os inventariados por faixa de posse de reses, aqueles que possuíam até cem cabeças (qualificados pela autora como agricultores-pastores) apresentavam um número médio de 3,3 cativos, muito inferior ao de 21,8 dos grandes estancieiros, possuidores de mais de mil cabeças (p. 168). Abaixo, seguem os valores relativos às freguesias pesquisadas.

**Tabela 3**  
**Medidas de tendência central e de concentração de escravos em Viamão (1781), área rural de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), considerando apenas a população cativa com mais de seis anos**

	Número médio	Número mediano	Número modal	Índice de Gini
Viamão	3,5	2	1	0,43
Porto Alegre	3,6	3	1	0,36
Mostardas	3,0	2	1	0,42

Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMPA; rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMPA; Relação de escravos de Mostardas, 1787, ANRJ.

As médias encontradas em Viamão, no agro de Porto Alegre e em Mostardas são baixas, muito inferiores àquela registrada para toda a capitania do Rio Grande de São Pedro, de nove cativos. São condizentes, por sua vez, com o número médio de cativos dos agricultores-pastores de toda capitania, de 3,3. O resultado é coerente pelo fato de predominarem os lavradores nas três localidades ora estudados, como acima comentamos.

Por depender menos dos valores extremos, a mediana ajuda a refinar a comparação. Em Porto Alegre, metade dos escravistas possuía até três cativos, enquanto em Viamão e Mostardas o valor correlato é de 2 cativos, resultado que evidencia melhor distribuição do referido patrimônio na primeira localidade. Tal avaliação é confirmada pelo índice de Gini, pois o valor encontrado em Porto Alegre indica menor concentração da posse de escravos. As maiores concentrações verificadas em Viamão e Mostardas

devem-se à existência de estancieiros que possuíam escravarias de maior porte. Em Porto Alegre, por sua vez, a exclusão das crianças acarretou a redução das escravarias com dez ou mais cativos de 5 para apenas uma.

Avaliaremos, agora, a distribuição de proprietários e de escravos conforme o tamanho da posse escrava. Para o caso do Rio Grande do Sul, do período colonial, Osório constatou que os produtores agrícolas possuidores de até nove cativos representavam 75% dos proprietários, mas eram aqueles que possuíam dez ou mais cativos que detinham a maior parcela dos cativos, com 64% do total. Tais resultados indicam o agudo nível de concentração de riqueza no Rio Grande de São Pedro.

Para o Rio Grande do Sul do século XIX, em linhas muito gerais, é possível afirmar que regiões onde agricultura e pecuária mesclavam-se mais intensamente, não apenas a maioria dos senhores possuía poucos cativos, como a maioria dos cativos era por eles possuída. Citam-se como exemplos os casos de Rio Pardo e de São Francisco de Paula. Regiões onde havia sistemas produtivos cujas mercadorias alcançassem maior retorno financeiro, como onde havia pecuária extensiva ou charqueadas, tendiam a apresentar ampla concentração da posse escrava, como foi o caso de Alegrete ou Pelotas (PETIZ, 2009; TEIXEIRA, 2008; PINTO, 2012; PESSI, 2012; FARINATTI, 2010; MATHEUS, 2012; ARAÚJO, 2008; FONTELLA e MATHEUS, 2013)

De maneira geral, na literatura pertinente são considerados como pequenos proprietários os senhores de até nove cativos. No entanto, como abordamos três localidades onde as escravarias apresentavam limitada dimensão (como já indicado pelas médias acima apresentadas), preferimos classificar como pequenas as escravarias que apresentassem até 4 cativos, como medianas aquelas com 5 a 9 membros, e grandes as com dez ou mais.

**Tabela 4**  
**Distribuição de proprietários e escravos conforme faixas de tamanho da posse cativa em Viamão (1781), área rural de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), considerando apenas a população cativa com mais de seis anos**

Posse cativa	Proprietários			Escravos			
	Viamão	Porto Alegre	Mostardas	Posse cativa	Viamão	Porto Alegre	Mostardas
Entre 1 e 4	72,7	77,6	83,0	Entre 1 e 4	41,1	53,4	55,7
Entre 5 e 9	23,1	18,4	13,4	Entre 5 e 9	41,1	34,1	28,6
Dez ou mais	4,2	4,1	3,6	Dez ou mais	17,7	12,5	15,8
Total	100,0	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,0

---

Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMPA; rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMPA; Relação de escravos de Mostardas, 1787, ANRJ.

Nas três localidades predominavam, de maneira incontestável, proprietários de até nove cativos, sendo estes também os detentores da maior parcela dos escravos. Há particularidades, entretanto. A presença de escravistas medianos (com 5 a 9 cativos) era bem mais acentuada em Viamão do que nas demais localidades, resultado da presença de antigos pecuaristas enriquecidos ou seus herdeiros, possuidores de escravarias de maior dimensão. Mostardas apresentava o menor nível de capitalização, pois nela os pequenos proprietários faziam-se mais presentes e possuíam a maior parcela dos cativos. Em Porto Alegre, por sua vez, os maiores proprietários de cativos possuíam a menor parcela dos cativos pelo fato de não haver pecuaristas na localidade, os quais se encontravam em Viamão e Mostardas.

As três localidades destacavam-se pelo predomínio dos agricultores e, dentre os senhores de escravos, a maioria era formada por pequenos proprietários. Tal configuração distinguia-se das localidades onde predominava a pecuária. Em Caí (distrito de Porto Alegre) e na Aldeia dos Anjos, conforme as Relações de moradores de 1797, os proprietários de dez ou mais cativos possuíam, respectivamente, 64 e 46% dos cativos, evidenciando expressiva concentração da posse escrava. Portanto, nas localidades agrícolas ora estudadas havia uma ampla presença de escravos, distribuídos de maneira relativamente equilibrada em pequenas e médias escravarias. Ainda que num nível de concentração muito inferior ao da pecuária, a agricultura também permitia aquisição ampliada de escravos, de modo a resultar na estabilização do escravismo enquanto uma instituição fundamental para a aquisição de mão-de-obra.

#### A mão-de-obra: um sistema de produção familiar-escravista

Um dos problemas enfrentados pelos pesquisadores do agro brasileiro dos períodos colonial e monárquico é avaliar em que medida o trabalho escravo complementava ou se equiparava à mão-de-obra familiar nas pequenas unidades de produção. Soma-se, ainda, o problema relativo às implicações do uso de poucos escravos nas unidades de pequenos lavradores: o uso de escravos impede o uso da categoria de camponês?

Para Hebe Mattos de Castro (1995; 2001), havia possibilidade de conjunção entre a economia camponesa e o uso de poucos escravos. Segundo a autora, a

prosperidade de um lavrador se baseava em uma lógica *quase chayanoviana*, pois a aquisição de terras e escravos dependia do aumento do número de braços proporcionados pelos filhos. No contexto da ampla difusão do tráfico da primeira metade do XIX, o acesso ao trabalho cativo não significava a adoção de um cálculo empresarial, pois os escravos acabavam se tornando “simples substitutos” dos filhos egressos da casa paterna. O momento da partilha dos bens da herança, por sua vez, levaria à venda do escravo e a volta ao ciclo de vida anterior.

No entanto, conforme argumenta a autora, a tendência de intensificação do uso de cativos era maior. “Com muito maior frequência, então, superava-se a dependência do trabalho familiar” com a compra de cativos, situação na qual os últimos passariam a compor o núcleo produtivo principal (CASTRO, 1995, p. 70s). No entender da autora, somente então ocorreria uma transformação qualitativa da unidade camponesa em pequeno-escravista, visto que não se manteria a preponderância do trabalho familiar no seio desta família (CASTRO, 2001, p. 339).

João Fragoso, em sua obra *Homens de grossa ventura*, defende a formação de mercado interno formado pela ligação das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul ao capital mercantil sediado no Rio de Janeiro. Estas regiões caracterizar-se-iam por formarem um mosaico de produções não-capitalistas, nas quais economia camponesa, escravidão e o trabalho de jornaleiros ou peões mesclar-se-iam em diferentes medidas. Para o caso do Rio Grande do Sul, haveria o predomínio da produção agrícola camponesa. Ressalta-se o fato de o autor adotar posição semelhante a de Hebe Castro, ao pressupor que as unidades produtivas com poucos escravos dependiam prioritariamente da mão-de-obra familiar (FRAGOSO, 1992. p. 99ss).

Em relação ao agro do Rio Grande de São Pedro, no período colonial, a obra de Helen Osório representou um expressivo avanço no debate, como demonstramos anteriormente. A partir de inventários *post-mortem*, a autora comparou o tamanho das famílias de pequenos proprietários inventariados com o tamanho de suas respectivas posses de escravos e constatou que, em 79% dos casos, as famílias tendiam a ser maiores que as escravarias. Como apenas um terço dos escravos em idade adulta destes senhores encontrava-se saudável, a autora concluiu que a mão-de-obra elementar, ao menos no início da produção tritícola, era familiar, sendo a escravidão complementar à mesma (2007a, p. 173-179). Em outra oportunidade, ao encontrar ampla disseminação da propriedade escrava em Porto Alegre e Viamão nas Relações de moradores de 1797, a autora considera que a escravidão era, *no mínimo*, complementar a mão-de-obra

familiar (2007b, p. 10s).

Luis Farinatti, em seu estudo sobre o sistema agropecuário de Alegrete, baseado em inventários abertos entre as décadas de 1820 e 1860, traz importantes considerações. Os casais inventariados mais jovens tendiam a ter menos escravos que os casais maduros, o que aponta para a importância do ciclo de vida para fazer entender a conformação das posses escravistas individuais. Por outro lado, se os grandes pecuaristas tendiam a possuir escravos homens, obtidos por meio de compra, os pequenos produtores tendiam a escolher escravas mulheres, as quais possibilitariam aumentar a posse de escravos por meio da reprodução endógena ao cativo. A escolha dos escravos era, nesse sentido, dependente das lógicas pertinentes a cada grupo social. O processo de formação da estrutura escravista deve ser entendido, portanto, a partir do eixo formado pela conjugação das clivagens sócio-econômicas e pelo ciclo-de-vida das famílias de uma região, dentro de um contexto econômico particular (2010, 427ss).

Há um estudo, baseado em *róis de confessados*, cujos resultados convergem com a hipótese de Helen Osório. Ian Danilevicz realizou uma interessante experiência para avaliar a participação de familiares, escravos, agregados nos domicílios dos produtores rurais de Viamão. O autor cruzou os dados disponíveis nos *Róis de confessados* de 1780 a 1782 com as informações das *Relações de moradores* de 1784, o que lhe permitiu observar a composição dos domicílios de criadores, lavradores e de produtores mistos.

Danilevicz verificou que filhos e escravos eram uma constante em todos os domicílios e que agregados eram frequentes apenas nos domicílios de criadores de gado. Entre os lavradores, quatro quintos deles possuíam cativos. Quando comparados familiares e escravos nos domicílios de lavradores, os primeiros predominavam sobre os segundos, sendo as médias de cada um de respectivamente 4,2 e 2,3 no ano de 1780. Entre criadores e produtores mistos, pelo contrário, a média de escravos sempre se sobrepunha a de familiares. Ao fim, o autor concluiu que os lavradores de Viamão poderiam ser classificados como camponeses, pois o número de escravos era inferior ao de familiares (DANILEVICZ, 2009, p. 37ss).

Ao apresentar os dados de nossa pesquisa, o confronto com os trabalhos de Osório e de Danilevicz são os que merecem maior destaque, pois permitem avaliar as dimensões local e regional relativas à estrutura de mão-de-obra ligada à produção agrícola, motivo pelo qual são necessárias algumas considerações. Como aponta a própria Osório, as possibilidades de análise oferecidas pelos inventários e pelas listas

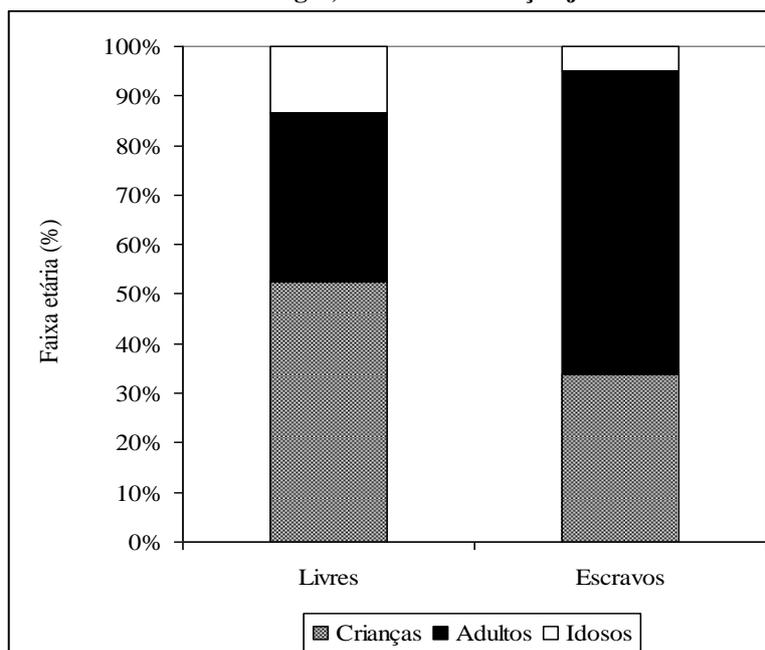
nominativas são diferentes<sup>13</sup>. Ao comparar nossos resultados com os de Osório, entendemos que ambos dizem respeito a níveis de observação diferentes. Se Osório trata do conjunto de famílias da Capitania, dentro de um espaço de tempo superior a meio século, nosso trabalho aborda três comunidades de lavradores, onde muitos e bem distribuídos eram os escravos, dentro de um recorte temporal bem mais delimitado.

O primeiro passo para avaliar a contribuição de livres e escravos nas atividades agrícolas é conferir a distribuição etária e sexual das duas populações, conforme os gráficos seguintes. Serão analisados apenas os dados de Porto Alegre e Viamão, que estão disponíveis nos róis de confessados. Para Porto Alegre, serão utilizados apenas os registros dos moradores da área rural da localidade, que somavam um terço do total. Para Viamão, usamos o rol de 1781, o único a apresentar a informação de idade dos indivíduos arrolados. Registre-se que os indivíduos arrolados neste rol possuíam sete anos ou mais (os menores não estão listados) e que contamos com apenas 60% dos registrados com informação de idade preservada, o que nos obriga a utilizar os dados com algum nível de suspeição. Para Mostardas, poderemos apenas comparar as características da sua população escrava com a das duas outras localidades.

---

<sup>13</sup> Os inventários, por exemplo, não permitem traçar precisamente a forma pela qual se arranjavam as famílias. Isto é de importância vital, pois, desta forma, não podemos verificar se os herdeiros habitavam o mesmo lar do inventariado ou se já constituíam lares independentes. Soma-se a isso o fato de que não constam as idades dos filhos casados e de alguns dos solteiros. Sendo assim, se os inventários possibilitam uma aproximação, são as listas nominativas que permitem a apreensão mais adequada da organização e composição dos grupos domésticos. Ver OSÓRIO, 2007a, p. 175.

**Gráfico 1**  
**População da área rural de Porto Alegre, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1782**

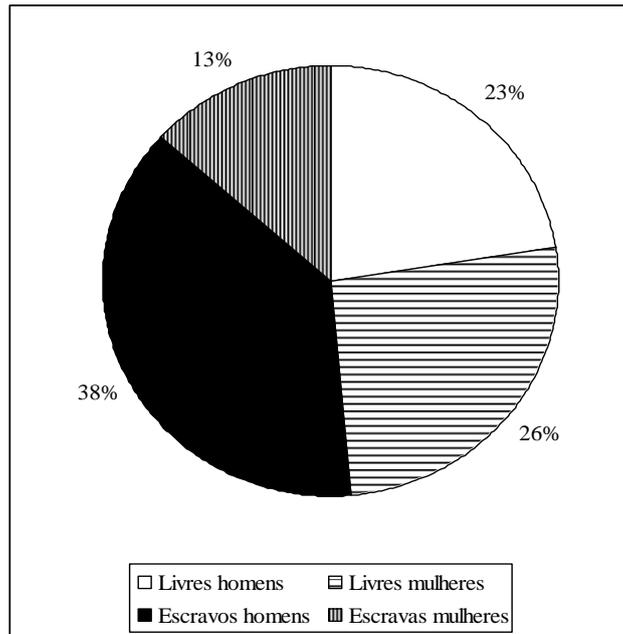


Obs.: total de livres: 385 indivíduos; total de escravos: 227 indivíduos. Foram considerados adultos os indivíduos com idade entre 15 e 44 anos.

Fonte: *Rol de confessados de Porto Alegre, 1782*. AHCMPA.

No entorno agrícola de Porto Alegre, as crianças predominavam de maneira incontestável entre os livres, com 53% do total, representando uma força de trabalho ou secundária ou potencial para que estavam por vir. Pelo contrário, os adultos eram o principal grupo etário entre os cativos, representando 61% do conjunto. Se a população livre do agro de Porto Alegre era muito jovem, a escrava era envelhecida. A seguir, seguem a distribuição segundo condição jurídica e sexo dos adultos da área rural de Porto Alegre.

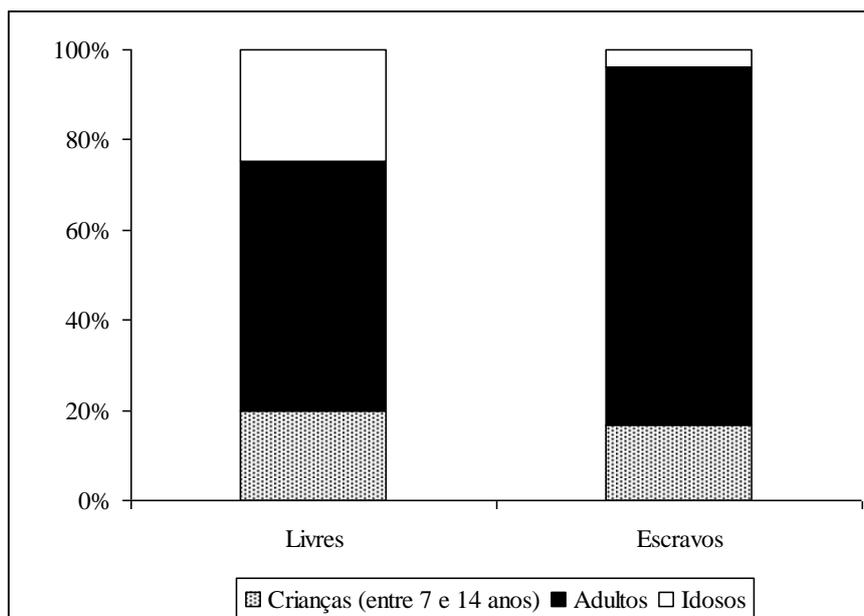
**Gráfico 2**  
**Adultos (entre 15 e 44 anos) da área rural de Porto Alegre, 1782**



Obs.: total de livres: 131 indivíduos; total de escravos: 139 indivíduos.  
 Fonte: *Rol de confessados de Porto Alegre, 1782*. AHCMPA.

Entre os adultos, a quantidade de livres era quase semelhante à de escravos, com pequena vantagem para os últimos. Conforme o gráfico, o maior dos subgrupos em questão é o dos homens escravos, com 38% do total. Logo a seguir, os livres, de ambos os sexos, seguem com cerca de 25%, cada um. As mulheres escravas, por fim, formam o grupo de menor participação. Separados por condição jurídica, os escravos representam pouco mais da metade da população em idade produtiva. Mesmo levando em consideração que parte dos jovens e alguns dos idosos livres faziam parte da população ativa, os dados referendam o caráter basilar oferecido pela mão-de-obra cativa para o funcionamento do sistema produtivo agrário da capital do Rio Grande de São Pedro.

**Gráfico 3**  
**População de Viamão, conforme condição jurídica e faixa etária, em 1781**

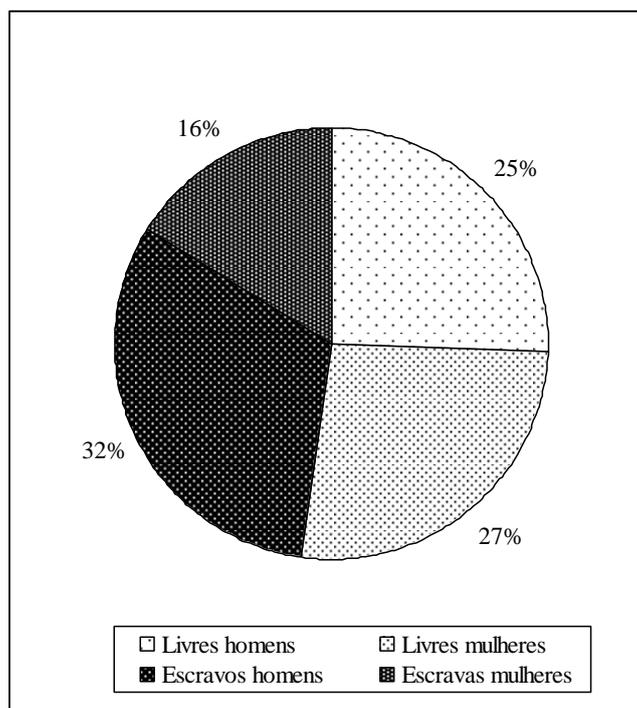


Obs.: total de livres: 460 indivíduos; total de escravos: 293 indivíduos. Foram considerados adultos os indivíduos com idade entre 15 e 44 anos.

Fonte: *Rol de confessados de Viamão, 1781*. AHCMPA.

Para Viamão, como já anunciado, a comparação das populações livre e escrava é prejudicada pela falta das crianças com seis anos ou menos. Ainda assim, o resultado é bastante expressivo, conforme demonstra o gráfico abaixo. A importância dos jovens com 7 a 14 anos é maior entre os livres do que entre os cativos (20 contra 16%). A diferença do peso dos adultos nas duas populações é impressionante, pois eles representam 55% dos livres e 80% dos cativos. Por fim, os idosos são escassos entre os escravos, mas eram o segundo maior grupo dos livres.

**Gráfico 4**  
**Adultos (entre 15 e 44 anos) de Viamão, 1781**

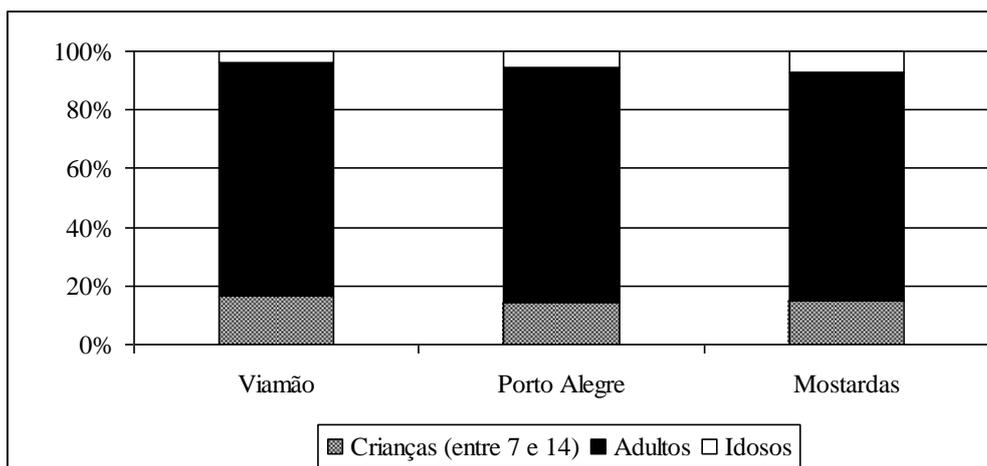


Obs.: total de livres: 254 indivíduos; total de escravos: 233 indivíduos.  
 Fonte: *Rol de confessados de Viamão, 1781*. AHCMPA.

Ao tomar de maneira exclusiva os adultos de Viamão, encontramos proximidade entre o total de livres e escravos, algo semelhante a Porto Alegre. Aqui, a principal diferença é o fato de a vantagem entre os adultos ser favorável aos livres, os quais somavam 52% do total. Ainda assim, constata-se o expressivo peso demográfico dos cativos entre os adultos de Viamão. Os homens cativos de Viamão eram o maior subgrupo encontrado, seguidos pelos homens livres. As mulheres escravas, por sua vez, apresentam a menor participação. Evidencia-se, portanto, o decisivo papel da escravidão como instituição fornecedora de mão-de-obra para as atividades agrícolas da localidade.

Para Mostardas, é-nos impossível, por ora, comparar as populações livres e escrava, o que não impede a comparação entre as populações cativas das três freguesias, com a devida exclusão das crianças com menos de sete anos, como vemos abaixo.

**Gráfico 5**  
**Composição etária das populações escravas de Viamão (1781), do agro de Porto Alegre (1782) e Mostardas (1787), com exclusão das crianças com seis anos ou menos**



Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMPA; rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMPA; Relação de escravos de Mostardas, 1787, AN.

As três populações cativas são bastante parecidas. Mostardas diferencia-se, exclusivamente, por apresentar uma população dependente (crianças e idosos) superior a das duas outras localidades. Ao considerarmos que os escravos eram 28% da população de Mostardas em 1780 (valor inferior ao encontrado nas duas outras localidades) e que a distribuição dos escravos era um pouco menos ampla (apesar de alta), supomos que os escravos também representaram uma parcela bem importante da mão-de-obra local, mas em um nível talvez pouco inferior ao encontrado em Porto Alegre e Viamão. Entretanto, é possível que no fim do século XVIII e início do seguinte houvesse um maior equilíbrio entre as três localidades.

Os dados ora avaliados permitem-nos assegurar o papel decisivo do escravismo enquanto instituição garantidora de parcela fundamental da mão-de-obra disponível, valores que se aproximam à metade da população adulta. No entanto, há outro seguimento muito importante para ser avaliado, que é a disponibilidade do trabalho que os chefes de família obtinham de seus filhos. Nesta etapa, dividimos os chefes de fogo de Porto Alegre e Viamão conforme faixas etárias e calculamos a mediana de filhos e de cativos. Tal metodologia permite-nos avaliar como o ciclo de vida do produtor, elemento fundamental na constituição do escravismo (CASTRO, *idem*; MOTTA, 1999, p. 165ss; FARINATTI, *idem*), condiciona a composição da mão-de-obra disponível.

**Tabela 5**  
**Número mediano de filhos e escravos dos chefes de fogos casados ou**  
**viúvos, segundo faixas etárias, em Porto Alegre, 1782**

Idade do chefe de fogo	Total de chefes casados ou viúvos (#)	Chefes com filhos (#)	Núm. mediano de filhos	Chefes com escravos (#)	Núm. mediano de escravos
14  --  19	2	0	0	0	0
20  --  29	17	5	2	5	1
30  --  39	13	7	1	9	2
40  --  49	14	13	2	12	2
50  --  59	16	13	3	9	3
59 <	12	10	2	11	4

Fonte: rol de confessados de Porto Alegre de 1782, AHCMAPA.

Em Porto Alegre, em três das cinco faixas etárias a partir dos vinte anos havia mais chefes com filhos do que com escravos. Na faixa dos vinte anos, os escravistas tinham um número mediano de escravos menor que os pais tinham de filhos. Nas faixas dos 40 e 50 anos, a mediana de filhos e escravos é idêntica, mas são mais comuns os pais com filhos do que os escravistas. Na última faixa, evidencia-se pequena vantagem numérica dos senhores escravistas frente aos pais que estavam acompanhados de filhos, assim como o número mediano de escravos era bem superior ao de filhos. A variação da quantidade de filhos apresenta algum nível de regularidade a partir da faixa dos 30 anos, pois o número mediano aumenta constantemente até a penúltima faixa (passa de 1 para 3), quando chega ao ápice, com diminuição na última faixa, dos 60 anos em diante. No que diz respeito aos escravos, o crescimento é constante, indo de um a quatro cativos, da segunda à última faixa.

**Tabela 6**  
**Número mediano de filhos e escravos dos chefes de fogos casados ou viúvos, segundo faixas etárias, em Viamão, 1781**

Idade do chefe de fogo	Total de chefes casados ou viúvos (#)	Chefes com filhos (#)	Núm. mediano de filhos	Chefes com escravos (#)	Número mediano de escravos
14  --  19	0	0	0	0	0
20  --  29	21	5	2	9	4
30  --  39	19	10	1	14	2
40  --  49	26	24	3	14	1,5
50  --  59	24	16	4	21	3
59 <	28	15	2	25	3

Fonte: rol de confessados de Viamão de 1781, AHCMAPA.

Em Viamão, evidencia-se o predomínio numérico dos escravistas frente aos pais acompanhados de filhos (somam três das cinco faixas a partir dos 20 anos). O número mediano de filhos é superior nas faixas dos 40 e dos 50 anos. Nas demais, entretanto, os cativos são em maior número. Na última faixa, o número de escravistas é muito superior ao de pais com filhos. A evolução da mediana de crianças idêntica à encontrada em Porto Alegre, mas com contornos mais nítidos: há um aumento da faixa dos trinta anos até a dos 50 (quando se chega ao ápice de quatro filhos), com derradeira diminuição na última faixa etária (dois filhos). No que diz respeito aos escravos, inicia-se com o maior número mediano, na faixa dos vinte anos, como quatro cativos<sup>14</sup>. Segue-se uma redução sensível nas duas faixas seguintes, para aumentar nas duas últimas para a mediana de 3 cativos.

No que diz respeito aos filhos, percebe-se a pertinência do modelo de ciclo de vida de proposto por Chayanov, pois a mediana de filhos aumenta até a faixa dos 50 anos, sendo seguida pelo decréscimo dos mesmos no final da vida dos chefes de domicílio. Quanto aos escravos, a tendência é de crescimento contínuo, pois os produtores mais idosos tendiam a ter mais cativos que os mais jovens. Isso se explica, em grande medida, pelo processo apontado por Hebe Mattos, segundo o qual o aumento do número de filhos garantia maior enriquecimento e a conseqüente garantia de ampliação da posse escrava. No fim da vida de muitos produtores, entretanto, muitos chefes de domicílio viam-se com menos número disponível de filhos, mas passavam a contar com um número maior de cativos. A conjunção das duas tendências faz-nos pensar que o princípio chayanoviano da decadência do lar com o envelhecimento do chefe vê-se, em alguma medida, rompido.

Os dados de Porto Alegre e Viamão referendam a importância do ciclo de vida dos produtores para a organização de suas famílias e na conformação da mão-de-obra (inclusive a escrava) disponível para os pequenos produtores, como já constatado por Castro, Osório e Farinatti. No entanto, restringir a análise à composição dos domicílios individuais ou às médias encontradas pode limitar, em alguma medida, a análise de certas características estruturais de um sistema de produção. Particularmente, referimo-nos ao montante de mão-de-obra a atuar em uma região. Em Porto Alegre e Viamão, como vimos muitos eram os escravos adultos, em número quase equilibrado ao de livres. Boa parcela deles era possuída por pequenos produtores, donos de alguns poucos.

---

<sup>14</sup> O resultado alto da faixa dos 20 anos é, em alguma medida, decorrente de posses de maior dimensão possuídas por jovens pecuaristas herdeiros de grandes produtores.

Em Mostardas, há motivos para considerar que a situação tenha sido parecido. O conceito de camponês é útil, certamente, mas parece não ser suficiente para definir e enquadrar o sistema agrário aqui estudado.

No próximo tópico, elaboraremos algumas observações sobre os possíveis impactos do escravismo no sistema produtivo do Rio Grande de São Pedro.

### Capacidade produtiva e escravidão

Para encerrar este trabalho, pretendemos lançar algumas reflexões sobre as relações entre produção agrícola e escravidão em Porto Alegre e Viamão. Nossa base documental para o presente tópico é o *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*<sup>15</sup>, que é um balanço das entradas e saídas de recursos dos cofres da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande. Apesar dos limites relativos às informações disponíveis, esta é uma das raras fontes com dados relativos à agricultura do Rio Grande colonial.

Nos *Extratos de gastos da Fazenda Real*, encontramos os registros individuais de fornecedores de serviços e bens entre os anos de 1781 e 1783. Isto permitiu uma visão particular de alguns dos lavradores que foram pagos pelos produtos vendidos à Fazenda Real, a quantidade oferecida, o ganho pela venda e o tempo de demora entre a entrega dos produtos e o recebimento do pagamento. Nesta relação há lavradores de muitos lugares da capitania, incluindo alguns de Porto Alegre e de Viamão, que foram identificados.

As informações desta fonte devem ser utilizadas com muito cuidado. Afinal de contas, ainda que preciosos, estes dados são muito restritos, tanto pelo curto tempo a que se referem, como pela sua abrangência. Referem-se ao “seleto” grupo de indivíduos pagos pela Fazenda Real, uma instituição pública e notoriamente conhecida por sua incapacidade de liquidação de dívidas. Podem estes indivíduos ser classificados como representativos do conjunto dos lavradores do Continente do Rio Grande? E de Porto Alegre e Viamão? Será que podemos inferir a capacidade produtiva de cada um pelo valor comercializado? Tentaremos dar uma resposta mais definida adiante.

Os lavradores foram identificados pela venda de trigo e farinha de mandioca,

---

<sup>15</sup> *Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro*. Anos de 1781 a 1783. ANRJ, Fundo da Secretária da Fazenda do Brasil, Códice 104, volumes 3, 4 e 5.

também conhecida como farinha de guerra. Todos os que venderam exclusivamente produtos de origem animal foram excluídos de nossa contabilidade. Não porque lavradores não tivessem seus rebanhos e deles tirassem seu sustento. Nossa opção se deve ao fato de que esta foi a única maneira para identificá-los. Ao fim, foram coletados os dados de 32 lavradores.

Pelo conjunto dos produtos vendidos, os pagamentos ficaram entre quase 4 mil e 137 mil réis, com mediana de 32 mil réis. Se estes produtores tentassem investir o dinheiro obtido na compra de um escravo ao preço de 100 mil réis, somente três lavradores (ou seja, um décimo deles) fariam a compra. Enquanto isso, metade recebeu um valor inferior a um terço do valor do cativo. Logo, as aquisições parecem não ter compreendido vultosas quantias de bens. Em alguma medida, esta constatação pode ser entendida como um indicativo da diferença de capacidade de produção e comercialização dos diversos lavradores.

Quantos seriam os produtores capazes de entregar 200 alqueires de farinha de guerra, como o fez Diogo Inácio Barcelos, morador de Porto Alegre, em 1777? Diogo Inácio era um destacado produtor. Na relação de moradores de 1784, é um dos poucos lavradores a ter 200 reses, além de possuir data e meia de terras. No rol de confessados de 1779 é assistido pela mulher, por três filhos com mais de 13 anos e por mais três escravos adultos. Ao todo, Diogo Inácio possuía 9 cativos nessa época. Não bastasse isso, ainda é genro de Alexandre da Costa, lavrador que possuía a maior escravaria agrária local. Portanto, este é um produtor que dispunha de recursos econômicos e sociais muito acima da média local. A quantia por ele revendida significaria quase metade da produção de farinha de mandioca registrada para Porto Alegre no *Mapa de colheita* de 1780.

Os custos do trigo e da farinha de mandioca foram razoavelmente semelhantes: o valor médio do trigo foi de 647 réis e o da farinha, de 680; por outro lado, os valores modais foram de, respectivamente, 720 e 680 réis. Ao todo, foram feitos os pagamentos por 2077,5 alqueires de produtos. O trigo, com seus 407 alqueires, representou apenas um quinto do todo, resultado da ampla preferência pela farinha que acompanhava o churrasco de carne de gado, o prato mais comum dos soldados que guarneciam as fronteiras do Rio Grande.

Pelo fato de nossa relação de produtores resumir-se aos poucos 32 lavradores, procuramos estes indivíduos não apenas nos *róis de confessados* de Porto Alegre, como também nos de Viamão. Por ora, não foram encontrados produtores de Mostardas.

Encontramos 14 moradores, dos quais 7 são de Porto Alegre, 6 de Viamão e um transferiu-se desta para a primeira localidade. Todos são escravistas, o que nos faz concluir que estes poucos dados não são representativos do conjunto dos lavradores, pois estão excluídos aqueles que dependiam apenas do trabalho familiar. Ainda assim, a distribuição da posse escrava parece corresponder de alguma maneira à distribuição encontrada nos róis, pois 9 dos 14 (64%) possuíam 5 ou menos escravos. De qualquer modo, esta constatação pode indicar os traços comerciais das unidades produtoras que contavam com escravos, independente do seu tamanho, ao mesmo tempo em que pode indicar as dificuldades por aqueles que dependiam exclusivamente da mão-de-obra familiar.

Ao todo, foram comercializadas 20 porções de mantimentos, sendo 11 de farinha de mandioca e 9 de trigo. A quantidade mediana de trigo comercializada foi de 24 alqueires, enquanto a de farinha de mandioca foi de 60 alqueires. Dos 6 produtores de trigo, apenas um era de Viamão; dos produtores de farinha, a distribuição era mais proporcional, com apenas um indivíduo de vantagem para Porto Alegre.

Ao avaliar a relação entre posse escrava e o tipo de bem comercializado, constatamos que não havia associação entre as variáveis, pois tanto os menores quanto os maiores escravistas venderam indistintamente trigo e farinha de mandioca. A situação é diferente quando relacionamos a posse escrava com o total de bens vendidos. Para avaliar esta correlação, dividimos os indivíduos entre os que comercializaram bens acima e abaixo da quantidade mediana de cada produto.

No caso do trigo, os 3 produtores que comercializaram as maiores quantidades deste artigo possuíam 9, 3 e 13 escravos, sendo que os 2 primeiros possuíam famílias numerosas. Suas produções foram de respectivamente 24, 33 e 68 alqueires, que representavam, juntos, 86% do trigo em questão. Todos são de Porto Alegre. De uma perspectiva diferente, se considerados apenas os 4 proprietários de até quatro escravos, o total comercializado chega a 58 alqueires, ou 37% do total. Os dois proprietários restantes, possuidores de 9 e 13 cativos, comercializaram 63% do total.

No que diz respeito à farinha de mandioca, os 5 produtores com maior volume de venda foram responsáveis por 72% do total. Apenas um apresentou posse de três cativos, enquanto os outros possuíam um mínimo de cinco escravos. Os 2 maiores produtores, senhores de nove cativos cada um, foram responsáveis por 42% do total de farinhas. Se tomarmos os que possuíam até quatro escravos (sendo que um estava entre os que mais comercializaram), teremos 5 indivíduos que negociaram 23% do total.

Em síntese, tanto para o caso do trigo quanto o da farinha de mandioca, a maior parcela do que foi obtido e pago pela Real Fazenda foi comercializado por senhores com posses escravistas maiores. Ainda que indivíduos com pequenas escravarias e famílias grandes tivessem, vez ou outra, vendido porções expressivas de alimentos, a maior parte do que foi comercializado veio de unidades que contavam com numerosa quantidade de cativos.

Pela pequena quantidade de casos analisados, e especialmente por não aparecerem lavradores não-escravistas, sabemos que estes dados não podem ser generalizados. Nem para Porto Alegre, e muito menos para vasta região dos Campos de Viamão, da qual Porto Alegre fazia parte. Mas dentro deste conjunto de casos, observamos a existência de uma nítida associação entre a quantidade de bens comercializados e o tamanho das posses de escravos. Ainda que este não possa ser um resultado seguro, é inegavelmente plausível, e pode ser entendido como uma indicação, uma pista, realmente instigante.

Como vimos, a escravidão era amplamente distribuída pelos lares dos lavradores, mas uma expressiva parcela dos cativos era possuída por alguns poucos senhores. Ao aplicar a este quadro os traços obtidos a partir dos *Extratos da Fazenda Real*, obteremos o seguinte resultado: todos os lavradores produziam, em geral, trigo e farinha de mandioca, independente do tamanho da posse escrava; no entanto, eram os senhores das maiores posses escravistas os que produziam a maior parte comercializada destes bens.

### Conclusão

Atualmente, há dados suficientes para refutar as posições de autores como Borges Fortes, Cesar e Queiróz, os quais desconsideraram o trabalho de escravos nas lavouras sulinas no período colonial. Mesmo localidades formadas a partir de núcleos açorianos, como Taquari, apresentavam cativos em sua população. O que está em debate, por ora, é tentar avaliar qual a medida adequada para caracterizar o papel do escravismo entre os pequenos produtores agrícolas do Rio Grande de São Pedro.

Pelo menos desde 1750, os escravos eram parcela expressiva da população dos Campos de Viamão. Para a década de 1780, a situação não era diferente. Muitos trabalhos para o século XVIII e XIX evidenciaram ampla distribuição da posse escrava. Particularmente em Porto Alegre, Viamão e Mostardas, localidades onde os lavradores

eram a maioria ou a totalidade dos produtores, havia elevada presença de escravos, muitos eram os senhores e os pequenos proprietários detinham a maioria dos escravos. Se considerados os apenas adultos de Porto Alegre e Viamão, os cativos formavam cerca de metade do contingente. Em Mostardas não deve ter sido diferentes. Em alguma medida, o emprego de escravos em uma parte do Rio Grande de São Pedro faz lembrar aquele do modelo do sul de Minas Gerais, considerado consensualmente como escravista.

O ciclo de vida dos chefes de fogo foi um elemento importante na conformação das escravarias. Quanto mais velhos os chefes, mais filhos disponíveis possuíam para trabalhar. Assim, ao longo da vida, quando era possível, alguns decidiram comprar escravos. Resultado em alguma medida esperado, há indícios de que os maiores escravistas tendessem a produzir maior quantidade gêneros para o comércio.

O quadro explicativo aqui elaborado para três freguesias do Rio Grande de São Pedro faz-nos pensar que os escravos foram mais do que uma mão-de-obra secundária para a agricultura, como inicialmente afirmou Osório, acompanhada por Danilevicz. A escravidão se constituía em um elemento estrutural e decisivo na conformação e reprodução do sistema agrícola dos espaços estudados, pois oferecia uma parcela realmente expressiva da mão-de-obra disponível. Essa mesma instituição parece ter sido importante na constituição dos grupos sociais e na criação das diferenças entre os que produziam mais e os que produziam menos. Esta é uma pequena contribuição, que esperamos ser válida, para tentar pensar a complexidade dos sistemas de trabalho que conjugava, no dia-a-dia, o trabalhador livre e o escravo nas mesmas atividades.

### **Referências documentais**

Extrato da receita e despesa do cofre da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro. Anos de 1781 a 1783. Fundo da Secretária da Fazenda do Brasil, Códice 104, volumes 3, 4 e 5. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Lista dos escravos da Freguesia de São Luiz de Mostardas do ano de 1787, assinada pelo Capitão Comandante Francisco Lopes de Mattos. Série Justiça – Africanos. Código do Fundo “AM”, Seção de guarda “CODES”, notação “IJ6”, maço 934. “Relações dos Escravos das freguesias de São Nicolau da Cachoeira, Triunfo (1788/1789) e Mostardas (1787)”. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições e cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Mappa das carruagens arados animais vacuns cavallares muares e ovelhas que tem o Continente do Rio Grande. Ofício do [Comandante do Rio Grande de São Pedro], o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. Vila de São Pedro do Rio Grande, 26 de fevereiro de 1791. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 3, doc. 252. Projeto Resgate: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, cd 1.

Mappa de todos os habitantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, devididos pelas freguezias actuais da mesma Capitania no anno de 1802. Mappa ou numerário de todos os habitantes da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, o qual expressa as suas condições, estados e sexos devididos pello numero das freguezias actuais da mesma capitania em 1798. Carta do [governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul] Paulo José da Silva Gama, ao príncipe regente [D. João], enviando mapas da população da capitania relativo ao ano de 1802 e relação da exportação e importação de 1802. 4 de dezembro de 1803. Anexo: 1. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 7, doc. 485. Projeto Resgate: documentos manuscritos avulsos da Capitania do Rio Grande de São Pedro, cd 1.

Relação de moradores que têm campos e animais no Continente. Códice 104, v. 6, 7 e 8. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Relações de moradores de Porto Alegre e Gravataí de 1785, os borradores de 1785 e 1797, Códice F-1198A. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relações de moradores de Viamão e Lombas de 1785, Códice F-1198A e B. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relações de moradores de Mostardas de 1785, Códice F-1198A. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Rol de confessados de Porto Alegre, 1782. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Rol de confessados de Viamão, 1781. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

### **Referências bibliográficas**

ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Review*, Durham, vol. 43, n. 2, maio-1963, p. 173-205.

ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2008.

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BLANCO, Márcio. *Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740-1760)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2012.

CARDOSO, Fernando. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1ª ed. 1962].

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

COMISSOLI, Adriano. Do Arquipélago ao Continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). *Revista Aedos*, v. 2, p. 74-96, 2009.

COSTA, Iraci; LUNA, Francisco. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, I. & LUNA, F. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FINE/Pioneira, 1982, p. 57-77.

\_\_\_\_\_. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, 13 (1), 1983, p. 211-221.

DANILEVICZ, Ian. *Aspectos demográficos e padrão de posse de escravos em Viamão (1776 – 1784)*. Porto Alegre: Dept. História, UFRGS, 2009. Trabalho de conclusão de curso.

DELFINO, Leonara. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: UFJF, 2010. Dissertação de mestrado.

GOMES, Luciano. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação de mestrado.

\_\_\_\_\_. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. In: *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, vol. 3, n. 10, 2014, p. 89-110.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 17, n. 2, maio/ago, 1987, p. 297-314.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FONTELLA, Leandro; MATHEUS, Marcelo. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c. 1820 - c. 1870). In: *Revista Latino-americana de História*, vol. 2, n. 9, dez. 2013, p. 76 – 96.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor,

1978 [1ª ed. 1935].

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, 2006. Tese de doutorado.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco. Estrutura de posse de escravos. In: COSTA, Iraci & LUNA, Francisco. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FINE/Pioneira, 1982, p. 31-55.

MALAQUIAS, Carlos. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação de mestrado.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 13 (1), jan./abr. 1983, p. 181-209.

MATHEUS, Marcelo. *Fronteiras da liberdade: Escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MATHEUS, Marcelo; MOREIRA, Paulo. As matrículas de escravos da Capitania de São Pedro do Rio Grande: análise dos plantéis de cativos das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo – década de 1780. In: *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Annablume, 1999.

OSÓRIO, H. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007a.

\_\_\_\_\_. Para além das charqueadas: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII. In: *Anais 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007b. p. 1-15.

PALÁCIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UNB, 2004.

PESSI, Bruno. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGHS-USP, 2012.

PETIZ, Silmei. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Tese de doutorado

PINTO, Natália. *A benção do compadre: experiências de parentesco, escravidão e*

liberdade em Pelotas, 1830/1850. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2012.

SANTOS, Corcino. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1984.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de mestrado.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1771-1795. In: *Anais do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, UFPr, 2011. p. 1-20;

SLENES, R. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 18, num. 3, set./dez. 1988, p. 449-495.

TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos*. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil, São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGH-UFSC, 2008.

QUEIRÓZ, Maria Luiza. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.

VARGAS, J. M. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2013.